

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 73ª Reunião Ordinária - 20/04/2018- 09h30min

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) – Av. Brasil, 2.340 – Campinas – S.P.

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABSCON	Thiago Luis Venturi (S)
ASSEMAE	Renato Garofalo (S)
ASSOCIAÇÃO DOS MORANGUEIROS	Osvaldo Maziero (T)
Associação Hortifrutiflores	Cassiano Contesini (S)
BRK Ambiental Limeira	Guilherme Bertagna da Silva (S)
BRK Ambiental Limeira	Felipe Mangili Lara (T)
CETESB	Ednéa Aparecida Parada (S)
CSJ – CIA SANEAMENTO JUNDIAÍ	Thiago Luis Venturi
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
DAE Jundiaí	Cláudia Debroy de Campos (S)
DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia (S)
	Cecília de Barros Aranha (S)
Dedini S/A	Igor Alessandro Serra (T)
FRC Ambiental	Fábio Renato de Souza Cruz (T)
Geoblue	Leandro Pereira Sairaiva (T)
P.M. de Artur Nogueira	Heline Laura de Sousa Martins (S)
P.M. de Campo Limpo Paulista	Frederick Merten (T)
P.M. de Itatiba	Giuliano Gabrieli (T)
	Rogério Henrique Selicani (S)
P.M. de Jarinu	Beatriz A. Bonfim (T)
	Eduardo Vianna Rocha Júnior (S)
P.M. de Limeira	Ramon Henrique Marzolla (T)
	Gabriela Trigo Ferreira (S)
P.M. de louveira	Vanessa A. Lima (T)
	Victor Marinheiro (S)
P.M. de Salto	Rodrigo Henrique Antunes (T)
	Carlos Manoel do N. Faria (S)
Pró-flor Atibaia	Dirceu K. Hasimoto (T)
SAAE ATIBAIA	Vivaldo Rodrigues de Paula Filho (S)
SABESP	José de Freitas do Nascimento (S)
	Lara Dias de Jesus e Souza (S)
SANASA	Renato Garofalo (S)
Semear Consultoria	Carlos Eduardo da S. Francisco (T)
SINDAREIA	Jorge Edison Di Rito (S)
	José Edvaldo Tietz (T)

Sindicato Rural de Atibaia	Dirceu K. Hasimoto (T)
TOPOBIO	Daiana Taise da Silva (T)

Membros com justificativa	
Entidade	
P.M. de Jaguariúna	
Renove	

Membros Ausentes	
Entidade	
AESABESP	
BRK AMBIENTAL SUMARÉ	
DAE Santa Bárbara d'Oeste	
FIESP	
P.M. de Jundiaí	
P.M. de Itupeva	
P.M. de Várzea Pta	
UNICA	

CONVIDADOS	
Luis Fernando de Aguiar	CATI – MONTE ALEGRE DO SUL
Marcos Paulo Benedethi	CATI-SERRA NEGRA
Wagner Bassinello	ITABRÁS
Roberto Antônio Ercolin	ITABRÁS
Reginaldo C. Silvestre	MGA
Isabela L.A. Carvalho	
João José Demarchi	IZ-APTA-SAA/CR-RN

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica no dia 23 de maio de 2018. **1. Abertura da 73ª Reunião Ordinária:** A abertura da reunião foi realizada pela Coordenadora da CT-OL Cecília Aranha, que agradeceu a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) pelo espaço cedido para a reunião e informou aos presentes a existência de quorum qualificado para o início da reunião. **2. Informes gerais: 2.1 - 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA:** A coordenadora da CT-OL Cecília Aranha, apresentou um resumo sobre o 8º Fórum Mundial da Água e disponibilizou link para acessar o Jornal do Fórum: <http://www.worldwaterforum8.org/pt-br>; **3.2 Informações sobre a organização e cronograma de trabalho para as etapas 2 e 3 do Plano de Bacias PCJ - Caderno Temático – Enquadramento dos corpos d' água; ORGANIZAÇÃO E CRONOGRAMA DE TRABALHO PARA AS ETAPAS 2 E 3 DO PLANO DAS BACIAS PCJ.** Ainda segundo a Coordenadora da CT-OL as atividades aqui referidas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 73ª Reunião Ordinária - 20/04/2018- 09h30min

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) – Av. Brasil, 2.340 – Campinas – S.P.

compreendem confecção de 05 Cadernos Temáticos, a seguir nominados: Garantia de suprimento hídrico (GSH), Águas subterrâneas (AS), Conservação e uso no meio rural e recuperação florestal (CRF), Educação ambiental (EA), Enquadramento dos corpos d'água (ECA). Cada Caderno Temático deverá ser apresentado, segundo os TR, na forma de 5 produtos: P1. Relatório preliminar, P2. Relatório final, P3. Minuta do Caderno Temático, P4. Versão preliminar do Caderno, Temático, P5. Caderno Temático final. **Cada caderno será discutido em Câmaras Técnicas específicas (ver quadro abaixo), além do Acompanhamento do GT-Acompanhamento (no âmbito da CT-PB). Garantia de suprimento hídrico (GSH): CT-MH CT-SA e CT-Indústria; Águas subterrâneas (AS): CT-AS CT-AS; Conservação e uso no meio rural e recuperação florestal (CRF): CT-RURAL e CT-RN; Educação ambiental (EA): CT-EA e CT-ID; Enquadramento dos corpos d'água (ECA): CT-OL, CT-MH, CT-SA, CT-SAM e CT-Indústria; Isto significa que as reuniões da CTOL nestas nas datas dessas reuniões serão conjuntas com a CTMH;** CONTEÚDO DE CADA ENTREGA DE PRODUTO, PARA CADA CADERNO TEMÁTICO, NA SEGUINTE FORMA: P1 – **Relatório Preliminar:** Introdução da temática, apresentando um diagnóstico objetivo do problema e as possíveis abordagens para solução, que serão desenvolvidas no próximo produto. P2 – **Relatório Final:** Complementação do P1, com a execução das metodologias propostas e apresentação de resultados. Todos os elementos para verificação de cálculos e simulações, bem como minutas produzidas e normas consultadas deverão estar em anexo. P3 – **Minuta do Caderno:** Apresentação do formato e estrutura do caderno de cada temática. O P3 tem a particularidade de definição de uma forma de apresentação em comum para as temáticas, que deverá ser discutida e aprovada nas Câmaras Técnicas, permitindo a uniformização dos Cadernos Temáticos, como formato da publicação, identidade visual, e estrutura do documento. As especificidades de cada temática serão tratadas a parte por cada Câmara Técnica nas entregas seguintes. P4 – **Caderno Preliminar:** Conclusão do caderno na forma de proposta para discussão na Consulta Pública. P5 – **Caderno Final:** Revisão do P4 e entrega final **Enquadramento de Corpos D'Água – ECA** o Ciclos de Avaliações e debates: Alcance das condições de atendimento das metas de enquadramento (ocorre juntamente com os estudos de garantia de suprimento hídrico); o Avaliações das condições de qualidade da água e enquadramento dos corpos d'água; o Cenários com alternativas de intervenções com vistas à garantia do

suprimento hídrico e de arranjos tecnológicos, com efetivação do enquadramento, de modo a identificar os benefícios qualitativos do aumento das disponibilidades hídricas na bacia; o Programa de Efetivação do Enquadramento; o Incentivos para desenvolvimento de conhecimentos envolvendo toxicologia e cargas difusas: Áreas prioritárias para o controle da poluição e da disponibilidade hídrica; Critérios para concessões e/ou renovações de outorgas de recursos hídricos e licenças ambientais; Propostas e recomendações para o alcance das metas de enquadramento; Propostas para formas de pactuação de metas de entrega na foz dos afluentes com os rios principais. **3 - Leitura e aprovação da ata:** A Sra. Cecília Aranha fez a leitura da minuta da Ata da 73ª Reunião Ordinária ocorrida em 20/04/18 na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Campinas. Após a apreciação e sugestões, a referida minuta foi aprovada pelos presentes; **4** Apresentação do Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e Plano Diretor para Recomposição Florestal Visando a Produção de Água nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. **João José Assumpção de Abreu Demarchi** – Coordenador da Câmara Técnica de Recursos Naturais dos Comitês PCJ; **Deliberação Comitês PCJ nº 284, 15/12/2017 - Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ Princípios da Política de Mananciais:** Identificação da bacia hidrográfica crítica relacionada ao abastecimento (manancial de abastecimento); Unidade Demonstrativa / Modelo; Visão integral da Bacia Hidrográfica (unidade de gestão); Integração entre o rural e o urbano (PSA); Integração entre a produção e a conservação; A recuperação e conservação florestal e de uso e ocupação do solo focam na quantidade e qualidade dos recursos hídricos (regularização do ciclo); *"De toda sorte, apesar da evolução das normas de proteção ambiental, é importante que os diversos atores entendam que o direito não é capaz de ser a panaceia do planeta. Muito mais importante é desenvolver e difundir uma consciência ambiental adequada"* SIDNEY GUERRA (2012, p.9; LEI + (PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO + PRÁTICA) + EA; **"Uma perspectiva integral:** há uma ligação entre questões ambientais e questões sociais e humanas que nunca pode ser rompida. Assim, a análise dos problemas ambientais é inseparável da análise dos contextos humanos, familiares, laborais, urbanos, e da relação de cada pessoas consigo mesma, enquanto **não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise socioambiental**" PAPA FRANCISCO (2015, p.139-141);

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 73ª Reunião Ordinária - 20/04/2018- 09h30min

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) – Av. Brasil, 2.340 – Campinas – S.P.

RURAL+URBANO e PRESERVAÇÃO AMBIENTAL+PRODUÇÃO; “O campo das **Políticas Públicas** é essencial para a busca da sustentabilidade socioambiental local e planetária e merece atenção minuciosa não apenas dos acadêmicos, mas também dos governantes e de toda a sociedade, para que juntos possam formular e executar ações que atendam as necessidades, expectativas e interesses da diversidade de atores de cada território” MARCOS SORRENTINO (2015, p.16); CO-CONSTRUÇÃO COM DIVERSIDADE DE ATORES; VISÃO INTEGRAL DA PROPRIEDADE; PIP – Plano Integral de Propriedade; Mapa da situação atual e planejada; Visão integral da bacia; BACIAS HIDROGRÁFICAS COMO UNIDADE MÍNIMA DE GESTÃO; Histórico (PROCESSO): Programa Produtor de Água no PCJ (PSA); Dentro das Câmaras Técnicas (CT-Rural e CT-RN) um consenso da necessidade de uma política para as Bacias PCJ; Articulações entre CT-RN e CT-RURAL; “GT-PSA” (atual GT-Mananciais); Crise hídrica foi catalisadora na elaboração da política; Deliberação dos Comitês PCJ nº 238 de 23/10/2015; CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA COMO PROCESSO E NÃO APENAS COMO UM DOCUMENTO. PROCESSO ESSE DE CONSTRUÇÃO COLETIVA; Resolução SMA 07/ 2017 -Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais: Deliberação dos Comitês PCJ nº 238/15 de 23/10/2015 – “Lei”; Deliberação dos Comitês PCJ nº 270/17 de 31/03/2017 – pequenas correções na política (lei) e as definições dos procedimentos operacionais gerais e para o Programa I; Deliberação dos Comitês PCJ nº285/17 de 15/12/2017 – Nova redação com pequenas correções na política e no Programa I, com a inclusão das definições dos procedimentos operacionais para o Programa II (PSA); Deliberação dos Comitês PCJ nº286/17 de 15/12/2017 – Edital para cronograma e regras de Seleção de Novos Projetos; Educar e integrar para produzir água; Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ;GOVERNANÇA - “Municípios assumindo a gestão ambiental de seu território” Paulo Sérgio de Oliveira; COMDEMA Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e UGP - Unidade Gestora do Projeto – governança e perenidade; 5 – CANTINHO DA DÚVIDA: Engº Agrº Carlos Eduardo da Silva Francisco Secretário da CT-OL elencou as dúvidas dos membros em relação aos procedimentos técnicos do DAEE e Cetesb; 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a Sra. Cecília agradeceu a presença de todos e foi dada por encerrada a reunião.

Cecília de Barros Aranha
Coordenadora da CT-OL

Ednéa Aparecida Parada
Coordenadora-adjunta da CT-OL

Carlos Eduardo da Silva Francisco
Secretário da CT-OL